

all Pg. 2 31 JUL 1987

Constituinte debate até a Roberta Close

A Constituinte debaterá a partir da próxima semana o excesso de sexo e programas de violência na TV. O debate será provocado por um grupo, coordenado pelo senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE), que considera estarem as TVs e agências de publicidade usando a mulher, especialmente as nádegas e os seios, como atrativos comerciais.

Rollemberg, que recebeu, como todos os constituintes, manifestos de entidades pedindo a legalização do homossexualismo, está com medo de que o travesti Roberta Close se torne um herói nacional. "Antes havia isso, claro. Falava-se na Rogéria, mas hoje é escandaloso. A Roberta Close é glorificada (o)".

LIMITAÇÕES

Há dias o senador Francisco Rollemberg, médico, casado, apresentou proposta à Constituição estabelecendo no item 3, da letra E, do inciso IV, do art. 12 do projeto de Constituição, que: "É vedada a supressão, ainda que parcial, de espetáculo ou programa, ressalvados os de incitamento à violência, cenas de sexo explícito e defesa de discriminações de qualquer natureza".

Justificou-se dizendo que "um dos pressupostos da liberdade é a garantia de

que ela não deve invadir ou violentar a liberdade dos outros. As cenas de sexo explícito, sem restrições, podem representar violação à intimidade do lar e aos valores que fundamentam nossa formação familiar e cristã".

AIDS E ABUSOS

Procurado por outros constituintes, Rollemberg, que assiste à TV com certa frequência, observou que a maioria dos programas e dos anúncios explora o sexo e a violência. Essa deformação atinge inclusive órgãos oficiais, como acontece em propagandas sobre como combater a Aids, em que se aconselha a masturbação a dois.

O conceito da família e do próprio sexo estão cada vez mais deteriorados em consequência das deformações. Nas TVs, aparecem, com frequência, em horários acessíveis às crianças, homossexuais, lésbicas e pederastas, fazendo reclamação de suas experiências, contando suas paixões como se fossem aconselháveis, diz o constituinte.

A influência, observa, é imediata. Ainda recentemente viu, no aeroporto de Brasília, meninos de 10 a 12 anos usando brincos nas orelhas, as pestanas tiradas e até pintadas. Em algumas cidades os homossexuais já usam na rua vestido de mulher com a maior naturalidade. Esse quadro,

a seu ver, tem sua expressão no prestígio destruído por Roberta Close, cujo agente empresarial, de acordo com o noticiário, seu próprio irmão.

VIOLÊNCIA

As TVs têm cometido outro erro quando valorizam, em excesso, a violência, especialmente através de enlatados estrangeiros, que abordam questões não tão presentes em nossa sociedade. A influência desses programas, em mentes menos esclarecidas ou formadas, é inquestionável. Ninguém pode sequer contestar essa realidade, que contribui para o aumento dos índices de criminalidade.

Favorável aos programas como Globo Rural e Globo Ciência, Francisco Rollemberg, apreciador das entrevistas, acha que o noticiário de TV está marchando para um rumo pernicioso. "Parece haver um gosto mórbido em apresentar cenas de desastre, de violência, de crimes, tumultos etc. Não é, em geral, construtivo".

A culpa pelo aumento de violência não é só das TVs. Os poderes públicos têm fracassado e até criado verdadeiras escolas do crime, como educandários da Febem, mas as deformações dos meios de comunicação têm, a seu ver, muita culpa.

Muller: Mesa foi arbitrária

O deputado Amaury Muller (PDT-RS) protestou durante a sessão de ontem da Constituinte contra a forma como a Mesa decidiu alterar a tramitação do projeto de Constituição na Comissão de Sistematização. "Não é que eu seja contra a dinâmica proposta, muito pelo contrário. Só que, se temos um conjunto de normas, ele deve ser respeitado", justificou.

Amaury Muller lembrou que, segundo o artigo 34 do

regimento interno da Constituinte, as sessões extraordinárias têm que ter a duração de quatro horas e devem ser mantidos os períodos destinados ao pinga-fogo e às comunicações de liderança. "Para que haja mudanças regimentais", lembrou o deputado pededista, "a Mesa tem que elaborar um projeto de resolução e convocar sessão a realizar-se dentro de cinco dias, para sua discussão em turno único".

O presidente da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), disse a Amaury Muller que sua questão de ordem envolvia decisão assumida pelo deputado Ulysses Guimarães, e por isso teria que ser levada ao conhecimento dele. "O presidente Ulysses Guimarães, oportunamente, quem sabe na sessão de amanhã, dará conhecimento a Vossa Excelência desta decisão que assumiu", respondeu Jorge Arbage.